

Entrevista com o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad

Entrevistadores: Ruy Fausto, Alexandre Carrasco, Maria Caraméz Carlotto, Ricardo Crissiuma

Revista Fevereiro (Ricardo Crissiuma) – Prefeito, para não começar direto com perguntas sobre a crise, gostaríamos de resgatar um pouco da sua experiência que você teve ainda antes de se tornar ministro e antes de se tornar prefeito e que, de certa maneira, aproxima a sua trajetória à proposta da Revista Fevereiro e indica uma preocupação comum. Eu falo isso em função da experiência que você teve entre o final da década de 1990 e o começo dos anos 2000, quando você foi parte do Conselho Editorial da revista *Teoria e debate do Partido dos Trabalhadores*. Eu acho que isso indica uma preocupação com a posição do intelectual na esfera pública, o papel que ele assume no debate público hoje. Partindo disso, como você avalia a esfera pública e o papel do intelectual atualmente?

Fernando Haddad – Infelizmente as coisas vêm mudando para pior desde então. Hoje você tem menos engajamento; acho que as humanidades estão vivendo inclusive um momento delicado. Você vê pouco protagonismo por parte da intelectualidade como um todo na esfera pública e na formação de juízo crítico sobre as coisas, que é um dos seus papéis fundamentais. De certa maneira, os intelectuais fazem com que o nível da discussão fique cada vez mais alto. E isso não tem acontecido em parte apenas por culpa dos intelectuais, mas sobretudo porque a esfera pública está se fechando um pouco para o pensamento crítico. Então estamos diante de um duplo movimento. Talvez um desinteresse mútuo, dos intelectuais pela esfera pública e da esfera pública pelos intelectuais. O que, na minha opinião, vai de encontro ao que a sociedade está precisando; também vai de encontro às aspirações daqueles que buscam caminhos alternativos e engenhosos para repensar formas de organizar a produção, o suporte à cultura, à produção cultural, à produção científica. E isso não é só um fenômeno brasileiro. Quer dizer, se você pensar o que foi o mundo dos anos 1960, 1970 e 1980 e pensar o que está

acontecendo hoje, você vai ver que a presença dos intelectuais na vida pública tem diminuído, pelo menos do meu ponto de vista. Embora nós estejamos formando muita gente boa. O Brasil está formando mais gente, gente inclusive que não tinha acesso à universidade e passa a ter com setores que estão chegando à universidade pela primeira vez. Assim, pobres e negros estão presentes hoje no mundo universitário, inclusive nas boas universidades, por uma série de mecanismos, que vai desde a melhoria do acesso à educação básica, até reserva de vagas, ou seja, mecanismos que fazem a universidade tornar-se mais diversa. E ainda como reflexo da perda de importância dos intelectuais, vemos que mesmo publicações que tinham um impacto na vida pública perderam essa força. Assim, eu vejo com preocupação (esse duplo movimento de afastamento). Porque eu não só participei disso, mas vejo isso como um ingrediente fundamental de requalificação da democracia da requalificação do debate público.

Revista Fevereiro (Maria Carlotto) – É interessante, porque no último número da *Revista Fevereiro*, já no primeiro parágrafo de nossa apresentação, propomos exatamente esse diagnóstico, ou seja, de um afastamento entre esfera pública e intelectualidade. A *Revista* foi pensada muito nesse bojo: de tentar formular uma reflexão nesse espaço que tem sido deixado vazio, entre o rigor do texto acadêmico e a fluidez do debate da mídia. Portanto, partindo desse diagnóstico, escolhemos para este número 9 o tema “o futuro da esquerda”. Teremos vários textos sobre esse tema e a sua entrevista entra também nesse movimento, de um nome importante que está pensando e atuando no âmbito da esquerda.

Indo mais para o núcleo duro da entrevista, gostaríamos de começar perguntando a seguinte questão sobre a crise: a cidade de São Paulo ecoa de modo muito particular a crise política atual. Ela foi palco das primeiras megamanifestações de junho de 2013; durante a última eleição ela foi uma das cidades em que o PT teve maior dificuldade durante a última eleição; e no domingo, dia 13 de março, nós vimos de novo grandes manifestações que não diríamos que são apenas contra o impeachment, pois talvez representem um pouco mais do que isso.

Enquanto prefeito da cidade de São Paulo, como você avalia a situação pela qual o país está passando?

Fernando Haddad – Evidentemente é o momento mais delicado que eu tenha vivido pelo menos. Ele é muito delicado do ponto de vista institucional, porque são crises sobrepostas. E isso de certa maneira explica um pouco dessa dimensão aguda que ela assume hoje. Porque ela começa como uma crise menos estrutural do que conjuntural, econômica em função de medidas econômicas que foram tomadas a partir de 2013 e que efetivamente partiram de um pressuposto, na minha opinião, equivocado. Ou seja, partiram do pressuposto de que a crise pela qual passa o sistema capitalista de uma maneira geral, desde 2008, recrudescendo a partir de 2012 ainda que com uma outra feição, era passageira e que, portanto, duraria um ou dois anos. Então, as medidas tomadas foram:, tais como manutenção do câmbio sobrevalorizado, por meio de swaps cambiais, desoneração fiscal corroendo um pouco da base fiscal do Estado, represamento de preços administrados, em suma, essa combinação de medidas que visava garantir emprego e manter a inflação controlada, essas políticas que podem estar certas ou erradas dependendo dos pressupostos se mostraram erradas. Elas podiam estar certas, mas o fato é que a história demonstrou que elas estavam equivocadas em função do fato de que a economia não voltou à normalidade e, portanto, você gerou um passivo difícil de administrar. Para além disso, nem o discurso da campanha de 2014 reconheceu que esse diagnóstico precisava ser revisto. E seria muito razoável dizer para a população que depois de 12 anos de quase pleno emprego, o Brasil precisaria passar por um ano mais difícil, de ajustes para a retomada do crescimento. Mas não foi o que foi dito. Ao contrário. Foi dito que a oposição faria os ajustes que, depois, a própria presidente Dilma propôs e com um grau de radicalidade que talvez nem a oposição faria no lugar dela. Então isso gerou uma perda de credibilidade que levou a uma crise política que se sobrepôs à crise econômica e a agravou, transformando alguns dos seus ingredientes conjunturais em fatores quase estruturais, já com o risco de vivermos uma recessão que talvez seja a maior da história. E para coroar esse processo de tempestade perfeita, tem a dimensão jurídica a partir de um protagonismo bastante ativo do poder judiciário com as ações centradas em Curitiba. Claro que estamos vivendo um momento importante no sentido de se passar o Brasil a limpo e avançar no combate à corrupção. Mas a Lava Jato não pode ser um casuísmo. Se está havendo uma mudança de jurisprudência com relação a institutos importantes como o caso de prisão preventiva, habeas corpus, condução

coercitiva, sentença transitado em julgado, que não seja um casuísmo e não coloque a perder uma tradição garantista importante no direito penal. Essas são preocupações que incomodam uma parte da comunidade jurídica em relação às garantias individuais. Há uma preocupação sobre uma possível seletividade das ações, passando a impressão de que as instituições não funcionam de forma equânime para os dois lados. E quando eu falo instituições, não estou só falando do Ministério Público, do Poder judiciário, mas também da própria imprensa. Tem um grau de seletividade, de cuidado ou falta de cuidado com as informações que recebe que indica um viés preocupante, colocando em xeque o próprio ideal republicano de que as instituições têm que valer para todo mundo. Assim, quando me perguntam se eu me incomodo com a maneira com a qual a imprensa trata o meu governo eu digo: “Olha, antes assim. Pior seria a omissão da imprensa, que acontece com governos, digamos, alinhados”. Eu prefiro que ela seja injusta, porque pelo menos eu tenho condição de disputar. Quanto ela é omissa ela não ajuda nem o cidadão, nem o governo. Então, você tem esses problemas acontecendo, todos simultaneamente.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Prefeito, o nosso roteiro segue explorando esse quadro que você já reconstruiu de modo bastante complexo. Mas tem um outro elemento, além das questões todas que você levantou referente ao governo, à crise econômica, à Lava Jato, à imprensa etc. É que praticamente desde o final da eleição, você tem uma tentativa de parte da oposição de questionar o resultado das eleições ou de impedir o governo Dilma no sentido amplo do termo. Então, desde o pedido de recountagem dos votos, solicitada pelo PSDB ao TSE, depois o pedido de Cassação da Chapa Dilma-Temer, também feito pelo PSDB ainda tramitando no TSE, e, mais recentemente, o próprio pedido de impeachment que pairava no ar e agora voltou com mais força. Como você explicaria tanto empenho, por parte da dessas forças políticas, em interromper o governo Dilma?

Fernando Haddad – Na verdade, eu acho que a Casa Grande, no Brasil, parte do pressuposto que é muito difícil angariar, pelo voto, um apoio expressivo da sociedade. Pelo seu ideário. Porque o seu ideário conflita com o pior problema brasileiro que é a desigualdade social. Esse ideário não dialoga com o pior problema do Brasil e quando não dialoga com o pior problema do Brasil ele tem dificuldade para se viabilizar

eleitoralmente. Portanto, sem um ingrediente externo à arena política muito dificilmente o pêndulo pende para o lado conservador. Como a solução militar não está disponível no momento, ela precisa mobilizar outras forças reativas e é aí que, na minha opinião, entra o poder judiciário. Ele entra como uma espécie de substituto de um poder que não está mais disponível hoje, ou seja, o poder militar. E obviamente está longe de mim dizer que a situação atual é só responsabilidade da direita, porque eu comecei falando dos erros estratégicos que o próprio governo cometeu, criando para si uma situação complicada a partir do final de 2012, começo de 2013. Assim, é preciso registrar isso porque senão fica uma coisa de demonizar o adversário que não faz parte da minha trajetória política.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Fernando, posso provocar um pouquinho?

Fernando Haddad – Claro.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – As explicações que você deu até agora são muito boas, mas eu gostaria de saber qual é a responsabilidade do PT nisso tudo. Você falou de erros no plano da avaliação econômica, e, de fato, houve uma série de erros, muito bem. Agora, tem o problema do próprio partido. Longe de mim negar os abusos da justiça, está claro que a Lava Jato se degenerou. Mas processos como o Mensalão da Lava Jato são movimentos muito positivos e que vão contra práticas de promiscuidade entre partidos e poderes econômicos que são um desastre para a esquerda do país. Minha opinião pessoal, que não sei se é opinião de toda a Revista é que é preciso lutar imediatamente contra o impeachment de todo jeito. Mas, depois, teria que fazer uma avaliação, excluir tudo isso e passar para um outro tipo de prática. Por exemplo, a corrupção na Petrobrás.. .é claro que eles ainda têm que provar etc., mas, na minha opinião, tem muita coisa problemática lá e não poderia ser assim. A meu ver, é preciso fortalecer uma esquerda que não seja nem totalitária, nem adesista, nem populista, nesse sentido da promiscuidade com o poder econômico. Como você vê isso? Você não acha que seria necessária uma grande inflexão, sem negar tudo de bom que o PT fez, como o Bolsa Família, a política de crédito, e assim por diante. Mas não seria a hora de fazer um grande trabalho – a palavra é velha – de autocrítica, e começar um novo ciclo de esquerda, em que você poderia, inclusive, ter um papel importante? Enfim, na sua opinião não é

hora de realizar uma espécie de ruptura na prática, sem deixar de fazer uma frente, a mais ampla possível contra o impeachment?

Fernando Haddad – Eu acredito que nós não podemos perder essa oportunidade. O fato de que estão vindo à tona, realmente, os mecanismos de financiamento da política e o grau de promiscuidade entre o setor privado e o setor público em torno da questão do financiamento de campanha que tem origem em recurso de empresa, abre uma oportunidade. Nesse sentido, eu acho que o Supremo Tribunal Federal fez a melhor coisa que poderia ter feito ao julgar inconstitucional o financiamento empresarial de campanha. Olhando também para alguns aspectos positivos da condução do combate à corrupção pelos governos, não só os do PT, o fato é que houve uma série de eventos como, por exemplo, a criação da CGU [Controladoria Geral da União]; a autonomia da Política Federal; o respeito ao Ministério Público que teve, nos governos petistas, muita autonomia; tanto que o Procurador Geral passou a ser escolhido pela própria corporação, e os governo petistas promoveram isso pela primeira vez na história; o próprio critério de seleção dos ministros do Supremo Tribunal Federal que não operou segundo o roteiro previsto pela oposição, de escolher pessoas que queriam fechar os olhos para problemas que fossem julgados pela Suprema Corte. Eu acho que tudo isso representou um grande avanço. Mas, olhando essa trajetória, eu acho que houve um pecado que precisa ser reconhecido: esses mecanismos não foram estendidos às empresas estatais. Eles ficaram no âmbito da administração direta, incluindo aí autarquias, e em uma parte da administração indireta também. Então hoje você vê que a Esplanada nos Ministérios é muito mais blindada em relação a esse tipo de deturpação e rebaixamento do que no passado recente. Foram muitos escândalos envolvendo ministérios que você não vê mais porque efetivamente esses órgãos conseguiram dar uma proteção para os gestores ou inibir os maus gestores a fazer o que era comum acontecer. As estatais ficaram, na minha opinião, de fora desse sistema de controle. Em parte, isso ocorreu por razões justificáveis. Essas são empresas que estão no mercado e que sofrem, portanto, processos de auditoria, ou pelo menos deveriam sofrer. Ou seja, essas grandes empresas passam por um tipo de “crivo” [do mercado], que uma repartição pública não passa. Mas o fato é que nada disso funcionou. Mesmo tendo nomeado funcionários de carreira para o alto escalão da Petrobrás, o fato é que eles já vinham viciados de outros carnavais e não tiveram freio,

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

ISSN 2236-2037

ou seja, alguém acabou deixando isso passar. Não posso julgar – não seria justo com as pessoas que hoje estão respondendo a processo – se elas simplesmente fecharam os olhos, e deixaram as coisas acontecerem porque aquilo acabava interessando do ponto de vista de viabilizar financiamento dos partidos da base aliada, ou se efetivamente acabaram envolvidas. Eu não saberia dizer, mas o fato é que na gestão das estatais não houve os mesmos cuidados que os próprios governos do PT tomaram em relação a outros órgãos e setores do governo. Eu falo por mim, eu fui ministro em um dos ministérios mais importantes da esplanada: o Ministério da Educação. O orçamento só do MEC é o dobro da cidade de São Paulo e eu nunca tive problema com isso. Nunca fui procurado por alguém do partido, nada. Então passei sete anos à frente de um dos maiores ministérios sem nenhum tipo de constrangimento desse tipo, muito pelo contrário. Tanto é que deixamos um legado importante ali do ponto de vista do acesso às universidades, acesso à educação infantil, melhoria da qualidade da educação básica, todas as metas cumpridas, ajudados pela prosperidade que o país viveu, claro, fato é que nós também trabalhamos. Então eu estou falando do ponto de vista de um ministro que ocupou talvez o segundo ou terceiro maior orçamento da República e nunca teve esse tipo de problema que estamos vendo na Petrobrás. Então imagino que isso deva ter acontecido em outros ministérios também, o que significava que estávamos blindados, e podíamos trabalhar tranquilos, desse ponto de vista ético. Mas é óbvio, é imperativo reconhecer que houve uma franja importante do Estado que não passou por esse controle. Sobretudo as empresas estatais não ficaram submetidas aos mesmos rigores da administração direta. Isso é notável: as estatais não estiveram submetidas aos mesmos rigores. Então é hora de assumir esse erro,, dizer quem errou, quem não deu conta de controlar isso. Porque independentemente do envolvimento de alguém do PT, o fato é que a Petrobrás estava sob nossa responsabilidade. Não posso dizer que eu não tenho responsabilidade por exemplo pela Cidade de São Paulo. Eu tenho que cuidar, aqui, da gestão. Eu tenho um orçamento que é metade do orçamento do MEC, mas ainda assim, é um orçamento grande; são R\$ 50 bilhões. E, às vezes, você tem a sua imagem maculada por R\$1 milhão desses R\$ 50 bilhões. Se você não cuidar de R\$ 1 milhão desses R\$ 50 bilhões, que em termos percentuais é nada, sua reputação pode ser manchada para sempre. Qualquer empresa privada tem prejuízos com corrupção muito superiores do que isso... Qualquer empresa

privada! Se você perguntar para um grande empresário se ele tem prejuízo com a corrupção, ele, que está cuidando do próprio negócio e que, portanto, é o maior interessado que não haja corrupção, ele vai responder que sofre com a corrupção. Então, não tem como escapar disso. O público precisa entender isso. A cidade de São Paulo é equivalente a uma megacorporação nesse sentido específico, de volume do orçamento. Ou seja, na empresa privada, mesmo que o dono esteja lá o dia inteiro, cuidando do próprio negócio, ele não consegue deter a ação corrosiva de núcleos de interesse e de poderes internos que depõem, às vezes, contra a reputação de uma grande empresa a tal ponto que põe a perder a sua imagem.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Mas na Petrobrás não foi dessa ordem.

Fernando Haddad – Na Petrobrás não foi dessa ordem, mas o que eu estou dizendo é que se você, na Prefeitura de São Paulo, não cuidar de R\$1 milhão dos R\$ 50 bilhões que compõem o orçamento, pode manchar a sua reputação para sempre, imagina na Petrobrás, quando a ordem de grandeza do dinheiro é muito maior. Agora, uma coisa que eu gostaria de frisar – e isso é mais uma intuição do que propriamente uma afirmação categórica, porque eu não tenho conhecimento de causa para afirmar categoricamente isso –, é que no Brasil as empresas corruptoras ficam com o grosso desse dinheiro, os operadores dessas empresas no setor público dessas empresas ficam com uma segunda parcela, muito menos importante do que as empresas, mas, ainda assim, do ponto de vista pessoal, bastante vultuosa. E a classe política, que se deixa levar por esses esquemas, resulta ser pobre de espírito, primeiro, por concordar em participar disso e, segundo, porque fica com as migalhas desse processo. Então, além de tudo, além de serem uns desgraçados do ponto de vista moral, vendem-se por tostões quando comparado ao que o esquema levou de recurso público. Trata-se de é um absurdo sobre todos os aspectos o que acontece nesse âmbito.

Revista Fevereiro (Alexandre Carrasco) – Prefeito, vamos dar um passo atrás e voltar para uma questão que o senhor já tinha mencionado no início da entrevista, a respeito da esfera pública, a essa sensação – que certamente é mais do que uma sensação – de que a esfera pública brasileira se fechou nos últimos anos. Então, indo para uma

dimensão – que é menos uma constatação de fato do que uma tentativa de diagnóstico – que se refere a como a direita tomou conta da pauta pública brasileira. A sensação que nós, da Revista Fevereiro temos – e, reforço, que é um pouco mais do que uma sensação – é que a direita tomou conta da pauta pública e, portanto, além dela estar muito mais organizada do que nós gostaríamos, acaba bloqueando um debate que nós também gostaríamos de fazer. O que o senhor acharia dessa observação como diagnóstico da situação?

Fernando Haddad – Bom, já falei um pouco do PT, na linha do que o Ruy Fausto propôs, então não tem como não considerar a responsabilidade do PSDB no atual contexto. Porque o PSDB, diante do sucesso econômico e social do Governo Lula, passou a disputar, ou a tentar disputar, a agenda política colocando em questão ingredientes dessa agenda que estavam avançando positivamente. Considerando, por exemplo, o debate que o Serra propôs na eleição presidencial de 2010, em torno de questões comportamentais, uma das quais o aborto, ou mesmo o debate que o próprio Serra propôs comigo, na eleição para a prefeitura, em 2012, em torno de questões LGBT, vemos claramente que já vem dessa época essa postura que, vale notar, se soma ao preconceito reestimulado no debate sobre cotas, ao preconceito inerente ao debate sobre o Bolsa Família, descrito como “bolsa esmola”. Ou seja, como um programa assistencial no sentido pejorativo da palavra, porque o sentido original da palavra “assistencial”, como sabemos, é positivo. [Aliás, considerando a posição que o PSDB assumiu no debate sobre o Bolsa Família, vemos claramente a opção política mais recente do partido, por exemplo] ao transformar a dimensão assistencial em uma dimensão menor da política, o que reflete até mesmo uma falta de solidariedade no debate sobre a pobreza. E tudo isso veio prosperando com o tempo. Quer dizer, você está no ano de 2016, o Bolsa Família já tem 12 anos, é um programa, na minha opinião, mais liberal do que propriamente de esquerda, ou seja, dialoga mais com o ideário liberal clássico, tanto que é um programa saudado pelo liberalismo internacional, que não só aceita o programa, como o promove, e nem isso o PSDB foi capaz de reconhecer. Ou seja, o PSDB não foi capaz de reconhecer que o Lula fez uma agenda em grande medida também liberal, isto é, que dialogava com o liberalismo. Porque imposto de renda negativo, que é o sentido do Bolsa Família, é uma bandeira do Milton Friedman, isto é, é dele a ideia de que, ao invés de pagar, você deve

receber Imposto de Renda porque você está abaixo de dada linha de renda. Então, veja, o PSDB conseguiu subverter coisas que podiam estar consolidadas e muito mais avançadas. Nesse bojo, o PSDB promoveu uma aproximação do partido com setores muito atrasados da própria Igreja Católica. Porque existem setores da Igreja interessantíssimos, sobretudo no Brasil, que sempre teve uma igreja muito avançada, que dialogava com o problema da miséria, da desigualdade social etc. Mas ao invés de buscar isso, o PSDB se associou ao que tinha de mais conservador na Igreja Católica. Ou seja, diante da sua insuficiência na disputa da agenda econômica, social e mesmo cultural, o PSDB passou a fazer um debate comportamental que não estava na ordem do dia. A própria questão do negro, que era um debate caro ao PSDB das origens, passou a ser tratada como uma questão menor. Ou pela negação, afirmando que o Brasil é miscigenado e o preconceito é uma invenção, o que é um absurdo porque existem intelectuais no PSDB que conhecem a história. Então, todos esses temas foram maltratados pelo PSDB e por razões eleitoreiras. Só que isso tem consequência. Um debate como esse não acaba em uma eleição. Uma parte da população vai criando um antagonismo em relação a essas agendas. Então, 14 anos depois da criação do Bolsa Família, você tinha gente na Avenida Paulista [nesses últimos protestos] dizendo que o programa está estimulando a vagabundagem, e isso muito estimulado pelo PSDB, que nunca foi capaz de dizer “Olha, nós estamos de acordo com esse programa” que nem de esquerda é. Então eles oscilavam entre dizer que foram eles que começaram o programa e renegá-lo completamente. Ou seja, prestaram um desserviço ao debate público e romperam com uma tradição interessante do PSDB de origem, que podia ter fortalecido o pensamento social democrata no Brasil. Então, nos últimos anos, o Brasil podia ter consolidado um partido mais trabalhista como o PT, que tem o trabalhismo como sua marca. Porque veja, o PT não é um partido socialista, não é um partido social democrata, é um partido trabalhista essencialmente. Na cabeça do Lula estão basicamente os ideais trabalhistas: a ideia de conciliação, de que nós podemos repartir melhor o crescimento econômico, de que todo mundo pode ganhar (risos), uma ideia bastante própria do trabalhismo. Podíamos ter consolidado, também, um partido social democrata, um partido liberal, enfim, podíamos ter organizado a agenda brasileira. E acho que, em grande medida graças à atitude política do PSDB, nós perdemos essa oportunidade.

Revista Fevereiro (Ricardo Crissiuma) – Para pegar o gancho, podíamos dizer que o PSDB, atualmente, parece ter sido ultrapassado pelas ruas em termos de pautas de direita.

Fernando Haddad – Foi, e é interessante isso.

Revista Fevereiro (Ricardo Crissiuma)– Parece que o que a gente vê, hoje, é uma direita que se articula por outros meios. Tanto, que existe algumas pesquisas que mostram que existe uma rede latino-americana de Think Tanks que espalham o ideário neoliberal e você vê claramente diversos vínculos, de fato, entre eles. Você tem, mais recentemente, a criação do Partido Novo que tem uma pauta muito mais à direita do que o próprio PSDB. E vários desses coletivos que chamam essas manifestações contra o governo acabam indo bem para além do que o PSDB estava disposto a abraçar dessa política liberal.

Fernando Haddad – Mas isso tem tudo a ver com o que eu acabei de dizer. Como se tratava de uma postura eleitoreira e, portanto, oportunista, de ocasião, o que esse pessoal que acredita efetivamente nesses ideais de direita – porque o próprio PSDB não acredita – agora acha que o PSDB é vacilante. E eles não querem mais que haja vacilação. Eles querem a coisa para valer agora. Então, é como se o PSDB fosse convocado, sem poder, a se posicionar em relação às bandeiras que usou para angariar apoio eleitoral. Mas o PSDB não tem condição nenhum de fazer isso, porque isso seria romper com toda uma tradição humanista que esteve também na origem do partido. Então como ele sai dessa? Ele criou um monstro que ele não consegue mais manipular.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Tem toda uma nostalgia dos melhores quadros do PSDB, que querem voltar ao que o Partido era, mas agora não conseguem mais....

Fernando Haddad – A verdade é que o PT e o PSDB, os dois partidos, estão nostálgicos (*risos*).

Revista Fevereiro (Alexandre Carrasco) – Mas prefeito, queríamos ir mais além e tentar entender aonde vai dar esse caldo complicado, dessa direita que quer ser cada vez mais direita e que apareceu com força, recentemente, nas ruas. Uma preocupação

particularmente nossa, da Revista Fevereiro, é que isso vai acabar batendo na Constituição. Nós já temos o precedente, na esteira da Lava Jato, da violação do artigo 5º da Constituição, dos direitos individuais, do processo legal, da preservação da intimidade, da pena só se transitado em julgado. E, agora, se fala muito que a Constituição “não cabe no orçamento” e que o capítulo dos direitos sociais, que foi uma espécie de engenharia da esquerda na constituinte, encontra-se, agora, sob risco. Isso se reflete nesse programa um pouco oportunista do PMDB, *Ponte para o futuro*, com traços ultraliberais. Quer dizer: será que o impeachment é o começo de uma nova reforma constitucional regressiva que a gente tem que enfrentar com todas as energias? O que o senhor pensa disso.

Fernando Haddad – Eu penso que a defesa da Constituição passa pela percepção, em primeiro lugar, de que não existe base jurídica para o impeachment. Você pode ir para a rua pedir a renúncia de um presidente, por exemplo. Ou o Supremo Tribunal Eleitoral poderia, diante de evidências cabais, cassar uma chapa. Até poderia. Mas para ter Impeachment, pela nossa Constituição, precisa ter crime de responsabilidade. Não tem como contornar isso. E não há, efetivamente até agora, nada que responsabilize a presidente Dilma. Então vai ser uma engenharia jurídica que eles vão ter que montar para levar adiante esse processo. Que tem uma dimensão política, claro, mas precisa ter base jurídica. Mas o fato é que não é só a defesa da Constituição em relação ao mandato presidencial. A percepção que se tem é que isso é o começo de uma grande releitura da Constituição de 1988. Eu acho que ninguém tem dúvida de que é disso que se trata, como você colocou na sua pergunta. Ou seja, estamos diante de um movimento de revisão da Constituição. Como se o ciclo que estivesse se fechando não fosse o ciclo do PT no poder, mas um ciclo que começou em 1988. Eu acho que está mais do para isso do que para outra coisa. Porque se você parar para pensar, o PT que não foi signatário da Constituição, ele foi quem a cumpriu. Então, a ironia é que o Partido não signatário cumpriu a Constituição. Assim, quando se fala no fim do ciclo do PT, cabe perguntar: está se falando de qual ciclo exatamente? Do ciclo do PT no poder ou da Constituição que em 12 anos conseguiu parcialmente se realizar? Eu penso que talvez a percepção de muitos é desse segundo ciclo que está se falando. E aí você entende melhor que o medo dos sindicatos, dos movimentos sociais é exatamente esse. O problema não é a Dilma ou não Dilma. O

problema é que eles estão vendo claramente que, junto com o impeachment, vem uma onda pesada de regressão.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Bom, já que falamos até agora de diagnóstico, queríamos perguntar um pouco sobre prognóstico. Diante de todo esse cenário, qual é a perspectiva para a esquerda de modo geral, e para o PT em particular?

Fernando Haddad – Olha, o Ruy me conhece muito bem, eu sou daqueles que acha que considera que esquerda precisa se renovar há muito tempo. Eu escrevi um livrinho, que o Ruy conhece, em 1989, quando eu estava fazendo o meu mestrado, já criticando duramente o que eu chamava então de “sistema soviético”, que ia na linha do que o Herbert Marcuse escreveu sobre o marxismo soviético, que é um belíssimo diagnóstico do que o aconteceu com o marxismo nas bandas eslavas, vamos dizer assim. O que eu entendia, dessa época, era que a esquerda precisava fazer um profundo balanço do sistema soviético. Porque a direita falava, na época: o socialismo foi derrotado! E a esquerda tinha que no mínimo dizer o que de fato aconteceu nesse período histórico. Que é curto, não é? Historicamente você está falando do quê? Setenta anos. Não é nada: setenta anos na história representa muito pouco. Então eu estou cada vez mais convencido de que eu estava certo. O que dizia, nesse livro, era o seguinte: assim como estados danubianos tiveram um tipo de transição do feudalismo para o capitalismo, assim como a América se valeu da escravidão africana para promover uma transição para o capitalismo, fazendo da escravidão moderna uma alavanca da acumulação primitiva, era de se supor que os Estado do oriente, ou seja, conceitualmente falando, o despotismo oriental, encontrasse um caminho para a “modernização”, para a industrialização, valendo-se das suas próprias instituições. Então, o despotismo moderno da União Soviética e da China é simplesmente uma alavanca de acumulação primitiva de capital e isso vai redundar em capitalismo, e não em socialismo. No final do século XIX, havia uma percepção bastante aguda de que o socialismo e o despotismo podiam se aproximar, e o próprio Marx nos *Grundrisse* fala que o socialismo é uma espécie de despotismo de ponta cabeça. Ele usa essa expressão explicando, depois, que é um despotismo de ponta cabeça porque, no socialismo, o déspota vira um contador. Isso porque você tem uma economia planejada, mas planejada pela sociedade e não pelo déspota. A ideia do Marx era que você iria organizar a produção

da base para o topo e que caberia ao Estado, portanto, a administração das coisas e não mais do que isso. Ou seja, ele já tinha percebido que, morfologicamente, vamos dizer assim, havia uma similaridade entre o socialismo e o despotismo e, curiosamente o Nietzsche tem uma passagem em que afirma que o que se chama de socialismo é a nova fase do decrépito despotismo.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Nesse ponto específico, eu acho que o Marx não foi tão claro. Quem viu primeiro essa relação entre socialismo e despotismo, na esquerda, foi o Bakhunin com todos os seus defeitos.

Fernando Haddad – E na direita, o Max Weber. Ele enxergou também essa relação ao dizer que o que os marxistas russos estavam propondo era a fusão de duas burocracias: a burocracia privada com a burocracia estatal e isso iria redundar em despotismo. Então o Weber, antes da Revolução Russa, anunciava que, por mais que fosse libertário o discurso, ele ia redundar em um Estado totalitário. Mas a esquerda como um todo não fez esse balanço. Indivíduos fizeram, intelectuais fizeram. Mas a esquerda como um todo não fez. E esse balanço é fundamental para você repensar o futuro de quem quer transformar a realidade capitalista em uma outra coisa que seja mais humana. Todo mundo nota que é um desespero para muita gente viver sob o capitalismo. Mas para você construir uma alternativa sem fazer o balanço do que aconteceu no século XX é muito difícil. Então, quando eu descobri o marxismo, a minha maior angústia foi: bom, mas se eu acho esse sujeito aqui extraordinário do ponto de vista intelectual, do que nós estamos falando? O que é essa União Soviética? Essa contradição entre o que eu lia e o que eu via acontecer na prática precisava ser resolvida. Eu me dediquei a isso, Mas a esquerda de modo geral não enfrentou esse problema. Eu não estou dizendo que o meu livro está certo. Mas a esquerda toda precisava escrever sobre esse tema para chegar uma conclusão ou mais de uma sobre o que de fato aconteceu [no chamado “socialismo real”].

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – A minha impressão é que você tem toda a razão, esse trabalho de balanço crítico se fez caoticamente, mas não se fez sistematicamente. Então a esquerda fica entre esse modelo soviético, que de vez em

quando reaparece e o adesismo total ao capitalismo, como o François Hollande, que vai lá e aplica um programa que é patronal, um desastre absoluto. Então a esquerda precisa recusar tanto o pseudosocialismo totalitário, quanto recusar o que não é nem reformismo mais, é simples adesismo mesmo. E eu diria que tem que recusar um terceiro perigo que, eu diria, é o “populismo”, que se reflete nas formas que se desenvolveram na América Latina e que não é bom também. Eu não estou dizendo que tudo foi ruim, mas a gente precisaria tomar distância disso também. A meu ver, existem três perigos e, no caso brasileiro, é o terceiro perigo que aparece. A gente precisaria construir um modelo de socialismo que não fosse nem autoritário, nem adesista, nem populista, ou seja, que fosse realmente anticapitalista, democrático e antipopulista nesse sentido específico, de ser totalmente intransigente em matéria de corrupção, de honestidade administrativa.

Fernando Haddad – Então, você diz populista quanto aos meios utilizados?

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Populista quanto aos meios. E por que evitar isso? Por duas razões: primeiro porque a gente perde uma parte da pequena burguesia quando ela identifica esquerda com corrupção. E a pequena burguesia não é toda fascista, isso é uma bobagem.

Fernando Haddad – Lógico.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – E se a gente defender a honestidade administrativa, a gente ganha essa parte não fascista da pequena burguesia. O que não quer dizer que a direita não vai conspirar de qualquer jeito. O Salvador Allende nunca teve nada de corrupção no governo dele e caiu do mesmo jeito, mas aí a direita teve que fazer sabotagem econômica para acabar com o país.

Fernando Haddad – E ela faz.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto)– E ela faz, ela vai fazer. Esse povo vai adiante. Mas a gente não pode dar armas para a direita. Então a esquerda precisa ser totalmente limpa em matéria de democracia, em matéria de intransigência com o capitalismo, e em matéria de honestidade administrativa. Como dizia o Allende: “Nesse governo se pode pôr os pés, mas as mãos ninguém põe”.

Fernando Haddad – Sim, de fato.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Fernando, nós queríamos colocar só mais uma questão para a gente encerrar esse grande bloco, que dialoga com tudo isso. Porque em uma das primeiras entrevistas que você deu depois de eleito você dizia que se considerava um socialista.

Fernando Haddad – Na verdade, foi um pouco antes de ter sido eleito. O Estadão queria me provocar achando que eu ia fazer o que o Fernando Henrique fez: “Esqueçam o que eu escrevi” (*risos*). E eu falei não, de jeito nenhum. Podem botar aí que eu sou socialista, não tem problema nenhum (*risos*).

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Então, justamente. Pensando nesses desafios todos, como você avalia a sua gestão?

Revista Fevereiro (Ruy) – Isso, eu tinha que fazer a pergunta (*risos*), mas já está feita pela Maria.

Fernando Haddad – Eu acho que é uma gestão de esquerda, sob todos os pontos de vista. Eu vou citar alguns exemplos muito eloquentes. O nosso Plano Diretor é o mais avançado do país. Você pode dizer “Ah, mas ele é insuficiente!”. Bom, tudo é sempre insuficiente, mas ele é o mais avançado do país e, segundo o Delegado do Habitat, da ONU, aqui no Brasil, é um dos mais avançados do mundo. Porque ele, em primeiro lugar captura a mais valia fundiária. Você reduziu o coeficiente básico de aproveitamento da terra a uma vez a área do terreno, e todo o solo criado tem que remunerar a municipalidade para que tenha recursos para compensar as externalidades negativas dos empreendimentos imobiliários. Esse é o sonho dos urbanistas desde sempre, desde criança eu ouço falar disso: que a municipalidade tem que se apropriar da mais valia fundiária. Nós fizemos isso no plano diretor. Criamos, a partir da mais valia, um fundo de urbanização e vinculamos 30% desse fundo para moradia popular e 30% desse fundo para mobilidade urbana, transporte de massa. Então 60% está carimbado para os mais pobres da cidade, os outros 40% permanecem livres para você fazer outras coisas, porque precisa fazer hospital, precisa fazer escola. Ou seja, 60% do fundo são para moradia popular e transporte, 40% são livres. Quer dizer, livres em termos porque passa pela

decisão de um conselho paritário, tem participação social e controle social. Outro exemplo: o nosso plano de mobilidade é o mais radical do país. Aqui, nós tomamos várias providências: ônibus não fica no engarrafamento porque tem sua faixa exclusiva, ciclista tem direito, com as ciclovias, pedestre tem direito, com a redução de velocidade das vias. Ou seja, você está humanizando a cidade e dando uma chance aos que têm menos oportunidade. A nossa reforma tributária é toda no sentido de poupar os pobres, onerar os que podem mais, promovendo uma redistribuição de recursos do centro para a periferia. Os programas sociais da cidade de São Paulo, não só os Federais que nós trouxemos, mas os que nós criamos no município são todos voltados para os desvalidos da cidade. A Operação Braços Abertos, com dependentes químicos, o Transcidadania, dando educação formal para as travestis que são levadas a vender o corpo para se manter, enfim, os programas mais avançados do ponto de vista social são também da Prefeitura de São Paulo. Para não falar dos programas de caráter universal, mas que começaram pela periferia. Estamos, por exemplo, trocando toda a iluminação pública por LED porque economiza 50% de energia elétrica, portanto um caráter ambiental forte. Mas nós começamos nos bairros mais vulneráveis para oferecer segurança primária sobretudo para as mulheres trabalhadoras que chegam tarde em casa e saem antes do amanhecer. Então, é tudo é pensado a partir desse pressuposto de que a cidade é desigual e que eu tenho que atender primeiro os mais vulneráveis. Então não tem um programa, não tem uma secretaria do meu governo que não tenha trabalhado dessa perspectiva. Assim, os investimentos que estão sendo feitos no SUS, na cidade de São Paulo, são sem precedentes. Nós estamos construindo 3 hospitais gerais, 30 hospitais dia, 15 UPAS e 16 UBS na cidade simultaneamente. Estamos construindo 15 CEUs, entregamos uma creche a cada 3 dias. Foram mais de 300 equipamentos entregues para a população. A velocidade do ônibus aumentou 46%. Você dobrou o número de ciclistas na cidade e o número absoluto de mortes caiu. A coleta seletiva de lixo vai ser universalizada este ano. A cidade é a 15º mais conectadas do mundo, porque pobre não tem dinheiro para pagar internet, então nós temos 120 praças WI-FI na cidade com internet gratuita para que a população possa, sem pagar por créditos, ter a sua conexão garantida. E 120 praças dá mais do que 1 praça por distrito da cidade. Então tem sempre uma praça perto da casa da pessoa.

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

ISSN 2236-2037

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Pergunta ingênua e provocadora de quem mora fora do Brasil. Você acha que você fez uma boa gestão?

Fernando Haddad – Não tenho a menor dúvida. Defendo de todas as formas.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Porque o ataque é constante...

Fernando Haddad – Ah bom (*risos*).

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Constante e absoluto.

Fernando Haddad – Absoluto. São todas as emissoras de rádio e TV durante três anos. É um milagre nós estarmos aqui de pé.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – O *Estadão* inclusive insiste que você não tem essa história de desigualdade, que você deveria administrar a cidade...

Fernando Haddad – Bom, o *Estadão* faz tempo que perdeu o senso mínimo. Mas enfim, voltando à questão, eu não tenho dúvida de que fiz um bom governo. E na minha opinião, apesar de eu não ser capaz de prever o resultado eleitoral, posso garantir que vai ser um bom debate. E acho que a cidade vai ter a oportunidade de se apropriar de várias coisas pela primeira vez. A reapropriação do espaço público, por exemplo, a ideia da cidade para todos, o direito à cidade. Poderia falar aqui horas de cada ação, de cada secretaria no sentido de promoção da igualdade racial, das cotas no sistema público... Porque não tinha um procurador negro na cidade de São Paulo, hoje 20% dos procuradores admitidos são negros. Não tinha um auditor negro, hoje eles estão aí. E apesar de todos esses programas, a nossa dívida pública caiu 62%, em um período de recessão, em que está todo mundo endividado. Enfim, é muita coisa que fizemos. É um verdadeiro banho (*risos*). Não tem comparação. Mas quem sou eu para dizer, não é?

Revista Fevereiro (Ricardo Crissiuma) – Prefeito, nesse sentido, uma das formas de apropriação da população dessas conquistas sociais se dá em grande medida pela participação. O PT tem uma tradição muito grande de criar formas participativas. Eu acho que a mais notória é o orçamento participativo, que depois de um momento de entusiasmo, tanto na academia quanto na sociedade, acabou consolidando-se, em relação

a ele, um diagnóstico um pouco mais ambíguo. O senhor parece ter optado antes por formas representativas de participação da população, sobretudo através de conselhos temáticos e locais, do que propriamente pela participação direta. E agora, mais recentemente, isso se reforça com o projeto de eleição direta das subprefeituras. Como você avaliaria essa opção, ou seja, o porquê dessa decisão de investir em participação representativa? E queríamos saber, também, como estão sendo essas experiências na prática, como está caminhando o projeto de eleição direta para as subprefeituras, por exemplo.

Fernando Haddad – Existe uma resistência enorme ao projeto de eleição direta dos subprefeitos, mas se eu ganhar a eleição eu vou fazer. Porque ninguém pode me impedir de consultar a população para nomear um cargo que é de livre provimento. Eu acho que seria um ganho enorme para a cidade. Como foi em Paris. Você tem os subprefeitos, entre aspas, que são eleitos. Aliás, quem não é eleita é o prefeito porque, pela lei, ele é eleito indiretamente. Então eu acho que a eleição direta de subprefeitos, em São Paulo, seria um ganho extraordinário. Além disso, nós revitalizamos todos os conselhos da cidade: transporte e trânsito, habitação, conselho da saúde, conselho municipal de educação, enfim, todos foram requalificados. Agora, o orçamento participativo em uma cidade como São Paulo eu acho que ainda [não é possível]. Eu preferi adotar o planejamento participativo. Isso nós fizemos. Então, se você consultar a Leda Paulani, que era nossa Secretária de Planejamento, você vai ver que ela apostou muito no planejamento participativo. Nosso programa de Metas, por exemplo, foi todo baseado em audiências públicas com participação popular. Todo o plano de obras da cidade de São Paulo, algumas das quais estão licitadas, outras entregues, outras em curso, foram validadas pela participação popular. Assim, eu acho que o planejamento participativo é mais promissor do que o Orçamento Participativo em uma cidade tão complexa como São Paulo.

Revista Fevereiro (Alexandre Carrasco) – Prefeito, agora que estamos encaminhando para o final, tem uma última questão que está um pouco...

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Alexandre, antes eu posso fazer uma pergunta ainda sobre a gestão na prefeitura? Porque no último Datafolha para eleições

municipais, eu fiquei muito surpresa com os resultados relativos à intenção de voto para prefeito em São Paulo. Porque a sondagem traz um dado novo muito relevante. Durante muito tempo, o corte do voto na cidade de São Paulo foi geográfico, ou seja, centro e periferia. O que aparece na última pesquisa, do ponto de vista estrutural, a meu ver, é um novo corte.

Fernando Haddad – Um corte geracional.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Exatamente, geracional. Eu queria saber, então, como você avalia isso e se na sua opinião isso aponta um caminho para o futuro.

Fernando Haddad – Se eu tenho alguma chance é essa.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Os jovens?

Fernando Haddad – Ah são os jovens. Porque eles entendem o que está em jogo e não têm o preconceito que os mais velhos têm com a legenda do PT, essas coisas. Eles estão ali vendo um administrador que está fazendo coisas que dialogam com o futuro, com a cidade que eles querem para eles, para os filhos, para os netos. Me empresta esse computador, eu quero mostrar uma coisa para vocês. Eu tenho uma foto aqui, que eu coloquei como capa do meu Facebook [...]. Essa aqui.



Isso aqui é uma aula que eu dei na FAU no começo de março. Esse aqui sou eu, isso aqui é o saguão da FAU-USP. Tinha mil alunos aqui. Todo mundo em silêncio, discutindo a cidade de São Paulo. É o primeiro prefeito que pisa na FAU para prestar contas do seu mandato. No último ano do seu mandato, qualquer um sairia daí debaixo de pau (*risos*). Por que eu estou mostrando isso? Porque essa foto corresponde ao seu sentimento. Tem um recorte que é a juventude até 25 e 30 anos que começa a entender o nosso plano geral de voo, ou seja, para onde nós estamos indo. O que esse cara quer para a cidade? Então, no fundo, essa é a chance que a gente tem, se esse jovem militar pela cidade. Porque claro, se esses jovens votarem passivamente, dificilmente eu vou ser bem-sucedido. Mas se eles entenderem que o que está em jogo é o futuro da cidade que eles querem, você tem uma chance de discutir com a cidade. Porque é um setor da população persuasivo, formador de opinião e que tem ascendência sobre os mais velhos em função dos argumentos que coleciona em torno desse projeto.

Revista Fevereiro (Maria Carlotto) – Quando você fala desses jovens se mobilizarem você está pensando nos coletivos de cultura, como os que participaram muito da sua campanha já em 2012.

Fernando Haddad – Os coletivos, e têm muitos coletivos. Mas eu também tenho ido às universidades, o que também é muito incomum para um prefeito, mesmo assim eu tenho ido. Eu fui no Mackenzie, fui na FAAP, fui na FEA-USP, fui na FAU-USP, fui na UFABC, e assim, a receptividade da juventude é extraordinária. Não teve um incidente, porque sempre tem alguém disposto a tumultuar, não é? Mas não teve um incidente, a conversa de altíssimo nível, pessoal apropriado para fazer o debate, sabia o que estava acontecendo na cidade. Aí você pode dizer, são nichos! É verdade, mas você constrói plataforma a partir desses nichos.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – O problema é quebrar o bloqueio midiático.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Mas a comunicação dessa camada jovem passa por outros canais menos tradicionais também.

Fernando Haddad – O problema do bloco midiático é que a derrota do Serra em 2012 em São Paulo, na capital, foi um trauma muito grande para a direita. Eles não entenderam e não assimilaram isso até hoje.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – A minha impressão é que você é muito visado, como um quadro novo, um perigo, como se dissessem “tem que esmagar esse aí”.

Fernando Haddad – Isso é visível. Agora eu acho assim, é natural que as pessoas, sem ouvir o outro lado, repitam o que ouvem no rádio. Você simplesmente repete o argumento. Por exemplo, “esse cara não vai na periferia”. Pronto! Você repete, vira verdade. Ou então, “esse cara só anda de helicóptero” (*risos*), eu ouvi essa outro dia. Quando você fala sozinho, portanto, qualquer coisa cola. Agora, se tiver debate, se as pessoas tiverem interessadas, esse tipo de afirmação não sobrevive cinco minutos. E é muito frágil a plataforma da oposição.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – E como você está vendo essa eleição, nesse contexto, com esses adversários....

Fernando Haddad – Exóticos? (*risos*)

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Exóticos (*risos*), e sem financiamento empresarial...

Revista Fevereiro (Ricardo Crissiuma) – E com o PSDB provavelmente rachado.

Fernando Haddad – Eu acho curioso uma cidade como São Paulo deixar de lado esse processo de modernização que está realizado por nós e optar pelas alternativas que estão colocadas. É uma loucura. Mas é uma loucura que pode acontecer. De todo modo, eu não poderia estar mais tranquilo e isso é interessante nesse cenário.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Tem muitas coisas interessantes nesse cenário. Nós estávamos discutindo, para colocar no seu roteiro. Você pega a Alemanha, por exemplo. Há muitos anos, Berlim, que é principal cidade do país, tem uma prefeitura de esquerda mas a esquerda não consegue se afirmar em âmbito nacional. Isso acontece em outros lugares.

Fernando Haddad – Na Colômbia.

Revista Fevereiro (Ricardo Crissiuma) – Na França, Paris.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Como você enxerga isso? A esquerda conseguiu reformular o seu projeto para a cidade, isso está claro e mostra uma força, os dados do voto jovem em São Paulo são um indício disso...

Fernando Haddad – Eu acho que a nossa vitória política virá. A eleitoral eu não sei, mas a política virá. Não tem como não vir. Não tem como a gente perder politicamente, podemos perder eleitoralmente, mas politicamente, eu repito, não tem como.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – Mas seria bom também não perder eleitoralmente (*risos*). Nesse sentido, eu sou bastante pragmático apesar de gostar de filosofia alemã.

Fernando Haddad – E o está acontecendo aqui em São Paulo pode servir de plataforma para projetos nacionais.

Revista Fevereiro (Alexandre Carrasco) – Exatamente, então pegando esse gancho para caminhar o encerramento da entrevista, queríamos formular primeiro uma questão sobre as perspectivas eleitorais para 2016, que você em parte já respondeu, e para 2018. Claro que está tudo muito complicado, muito mexido, mas queríamos ouvir a sua opinião. E como última questão, nós três aqui estávamos na quadra dos bancários na noite do dia em que o Presidente Lula foi conduzido coercitivamente até o aeroporto de Congonhas e escutamos a sua fala. Eu, pessoalmente, noto um entrosamento muito grande entre você com o presidente Lula e sei que o senhor é um quadro chave do PT talvez para 2018, mas certamente para a sobrevivência do PT em um novo ciclo. O que o senhor acha do papel do Lula na crise, agora?

Fernando Haddad – Olha, eu acho que os próximos dias são decisivos. Porque a presidente Dilma está com muita dificuldade para recuperar protagonismo e credibilidade para conduzir o país e, talvez, esse convite que ela tenha feito para o Presidente Lula assumir um ministério seja a cartada que ela tem disponível. Porque ele é muito talentoso, talvez seja o maior político dos últimos 50 anos, e é líder, lidera processos. Porque a classe política tem muita confiança na palavra do Lula, porque o Lula cumpre acordo, o Lula... Agora, eu não sei o grau de deterioração do quadro, então não sei qual será a capacidade que ele terá de resgatar esse projeto. Talento não falta, mas é um homem, não é? E obviamente que se ele aceitar o convite e conseguir resgatar o protagonismo do governo, naturalmente ele se qualifica para se candidatar, se quiser.

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – E se não?

Fernando Haddad – Aí é difícil. Tem muito chão pela frente. O PT está muito...

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – E para a eleição deste ano faltam sete meses...

Fernando Haddad – E ela vai acontecer em um período mais conturbado impossível. Não tem como os espíritos estarem em paz. Não dá tempo, até outubro, de as pessoas estarem calmas. Então não sei se argumento vai contar muito. Se contar, nós estamos no jogo. Porque não tem projeto alternativo. Eu não acompanho muito, por desinteresse mesmo, os projetos dos meus adversários, mas quando chega ao meu conhecimento é uma coisa lastimável. Agora, obviamente, o meu maior inimigo não são

os meus adversários, é esse bloco midiático que é implacável. É uma pena, porque eles estão jogando no obscurantismo, na desinformação.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – Qual seria o caminho, para a esquerda, em termos de política de comunicação?

Fernando Haddad – Eu acho que dependendo do uso que você faz. Eu abri esse Facebook outro dia e já está com 94 mil curtidas. Quer dizer, 94 mil pessoas de alguma maneira acompanham. Então você tem formas de comunicação direta hoje que são interessantes, mas não substitui uma Rede Globo, uma CBN, uma Jovem Pan.

Revista Fevereiro (Maria Carlotta) – A prefeitura não pensou em criar uma rádio?

Fernando Haddad – A gente vai ter uma TV, com a digitalização. Mas é difícil ter audiência sem dinheiro para produção. É complicada essa coisa da comunicação. E no Brasil, a regulação econômica da mídia não aconteceu, então a concentração aqui é impressionante. Nossa comunicação está na mão de quatro famílias e elas pensam igual (*risos*).

Revista Fevereiro (Ruy Fausto) – O problema não é só que pensam igual, que são reacionários, mas também que o nosso jornalismo é muito ruim.

Fernando Haddad – Mas o pior é a radiodifusão. E eles têm muito alcance. É um nível impressionante. Lavagem cerebral. Triste mesmo de ver. E aí é difícil, porque eles estão lá, 24 horas por dia, sete dias por semana. Você fala uma vez por semana, o cara te ouve, mas logo em seguida da sua fala já tem alguém te contestando, sem a chance do contraditório, então a última palavra é sempre deles. A gente regrediu do ponto de vista do debate público e com isso a gente volta para a pergunta inicial. Não se tem mais espaço, hoje, para a inteligência.

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

ISSN 2236-2037